**Projeto 15**

**Trabalho Social e Regularização Fundiária**

**Trabalho Social**

|  |  |
| --- | --- |
| ENTIDADE/INSTITUIÇÃO PROPONENTE DO PROJETO | AGEHAB – Agência Goiana de Habitação |
| Cidade/Estado | Goiânia/GO |
| TÍTULO/IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO | AGEHAB – UMA EXPERIENCIA DE TRABALHO SOCIAL COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA |
| CATEGORIA DO PROJETO | Projeto Social |
| Nome e Cargo do responsável pelo projeto junto à instituição inscrita: | Perla Maria Borges de Oliveira (Assistente Social e Gerente da Articulação Social da AGEHAB) |
| E-mail do responsável pelo projeto | perla.oliveira@agehab.go.gov.br |
| Telefone com DDD do responsável pelo projeto: | (62)3096-5065 / (62)3096-5064 |
| Número do celular com DDD do responsável pelo projeto: | (62)9838-9276 |
| Objetivos do projeto | - Legalização do bairro e entrega de escrituras registradas em cartório, gratuitamente, para moradores originários ou com renda de até quatro salários mínimos;- Construção de equipamentos sociais para o exercício da cidadania;- Fortalecimento dos vínculos comunitários e lideranças locais;- Promover autonomia comunitária na gestão das demandas coletivas;- Levar à comunidade programas de educação ambiental, de saúde e patrimonial (valorização do bem recebido e conservação do patrimônio público);- Realização de cursos voltados para geração de emprego e renda da população local  como forma de contribuir para o desenvolvimento  sustentável do bairro e região;- Criação de espaços para o exercício da participação e organização comunitárias, viabilizando a autonomia na tomada de decisões acerca do projeto interventivo, a gestão coletiva e  consequente sustentabilidade do empreendimento |
| Beneficiários diretos | 4.827 famílias pioneiras e renda mensal até quatro salários mínimos. |
| Beneficiários Indiretos | Famílias da Região Noroeste de Goiânia |
| Detalhamento do Projeto | Com a Política Nacional de Habitação, o trabalho social passou a ser parte obrigatória dos projetos de intervenção habitacional.A AGEHAB desenvolve ações específicas de Regularização Fundiária, realizando cadastramento e entrega de escrituras gratuitamente, concomitante, a Gerência de Articulação Social, elaborou o PTS (Projeto de Trabalho Social) que tem como principal objetivo o desenvolvimento de atividades socioeducativas paralelas à concessão de moradias e regularização fundiária, que contribua para o desenvolvimento sustentável local dessas comunidades que serão beneficiadas. Com essas ações os beneficiários terão melhores condições de habitabilidade, acesso a cultura, preservação ambiental, perenidade/permanência nas áreas e, principalmente desenvolvimento econômico e vocacional.O local de intervenção é o Jardim Curitiba, etapas I,II,III e IV o mais antigo e populoso da região Noroeste de Goiânia e apresenta-se como uma área de alta vulnerabilidade social. Sua história é marcada pela luta em prol da moradia quando diversas famílias começaram a ocupar a região de modo desordenado no final da década de 1970. Um total de 4.827 famílias residem no bairro e, além de não possuir acesso legal à terra onde vivem, necessitavam de infraestrutura urbana, saneamento básico e equipamentos públicos.Verificando a situação de irregularidade fundiária do bairro, somada a alta vulnerabilidade social, a AGEHAB criou o Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão para promover regularização fundiária em todos os antigos assentamentos precários implantados em área de domínio do Estado e, concomitante à Regularização Fundiária do Jardim Curitiba, foi implantado o Projeto de Trabalho Social: AGEHAB – UMA EXPERIÊNCIA DE  TRABALHO SOCIAL COM REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PLENA .A ação social do PTS ocorre no período Pré e Pós- entrega de escrituras, o projeto é dividido em eixos de trabalho social organizativos e de mobilização comunitária, tendo como objetivo a implementação de ações socioeducativas que contribuam para o desenvolvimento local sustentável das comunidades.O PTS (Projeto de Trabalho Social) foi elaborado em 2011 e já se encontra com 61,86% concluído. A previsão de encerramento é até 2017. Estruturado em cinco eixos de trabalho, vinculado ao Programa Casa Legal – Sua Escritura na Mão, é executado por empresas sociais terceirizadas contratadas pela AGEHAB: Eixos de Mobilização, Participação Comunitária e Desenvolvimento Sócio Organizativo (MOC) - organizar, fomentar e apoiar toda forma de mobilização e expressão de representatividade dos atores locais, líderes de bairro e formação da Comissão de Acompanhamento de Obra - CAO), Educação Sanitária e Ambiental (ESA) - fomentar a organização do setor frente a posturas sustentáveis do meio ambiente, a qual sofreu intervenções humanas ou não, e a sanitária, saúde publica e individual por meio de palestras, oficinas ) e Geração de Trabalho e Renda(GTR) - busca a sustentabilidade econômica formal ou informal dos beneficiários por meio de cursos e capacitações).Antes mesmo da execução dos eixos de trabalho, é feito um Diagnóstico Social/ Cadastro socioeconômico e executadas ações de mobilização e informação através de palestras, cursos e eventos culturais, motivadores da sociedade envolvida no contexto. As estratégias adotadas no Projeto Social (PTS) englobam a Regularização Fundiária, Obras de infraestrutura e saneamento básico:⎫ - Regularização fundiária – entrega de escrituras registradas gratuitamente⎫ - Realocação de famílias em situação de área de risco e preservação ambiental⎫ - Construção de casas para as famílias que vivem em áreas de risco e APP. ⎫ - Construção de equipamentos públicos (praças, creche (CEMEI),Centro de cultura e Cidadania, Centro Comunitário)⎫ - Contratação de empresas sociais para a execução dos eixos de Trabalho social⎫ - Participação popular⎫ - Pesquisa quantitativa e qualitativaDessa forma o Estado, por meio da AGEHAB, cumpre sua função social, não só diminuindo o déficit habitacional e propiciando a regularização fundiária, mas também fomentando a geração de espaços urbanos socialmente justos, ambientalmente equilibrados e economicamente viáveis. |
| Parcerias (mencionar as outras instituições que participam do projeto mesmo que não haja aporte financeiro relevante) | Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Governo do Estado de Goiás (Secretaria de Ciência e Tecnologia,Secretaria de Educação Esporte e Cultura, Secretaria de Saúde e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) e Prefeitura de Goiânia (Sec. Munic. de Esporte e Lazer – SEMEL e Agência Goiana de Esporte e Lazer – AGEL, Secretaria Municipal de Educação e Cultura , Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS , Agencia Municipal do Meio Ambiente – AMA e COMURG) |
| Investimento (colocar a entidade e o valor correspondente) | Ministério das Cidades/CAIXA - R$ 53.296.806,54AGEHAB - R$ 1.802.379,31TOTAL - R$ 55.099.185,85 |
| Outras informações | O Projeto prevê recursos do Governo Federal através do Ministério Gestor: MCIDADES/ Programa: PPI Favelas/Urbanização de Assentamentos Precários.A contrapartida do Governo Estadual, por meio da AGEHAB, se realiza na Gestão e aplicação dos recursos. |
| Anexar a apresentação do projeto (arquivos em .pdf ou powerpoint)  | [2\_Apresentacao JARDIM CURITIBA - ABC (1).pdf](https://www.jotformz.com/uploads/abcohabs/60472984131658/333438521161331998/2_Apresentacao%20JARDIM%20CURITIBA%20-%20ABC%20%281%29.pdf) |